

ATA N.º 08

REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA REALIZADA NOS PAÇOS DO
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA EM 20 DE ABRIL DE 2015

PRESENTES:

- O Senhor Vereador, Firmino Jorge Anjos Pereira;
- O Senhor Vereador Dr. José Guilherme Saraiva de Oliveira Aguiar;
- O Senhor Vice-Presidente Eng. Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo
- A Senhora Vereadora Dr. Maria Elisa Vieira da Silva Cidade Oliveira;
- A Senhora Vereadora Eng^a. Maria Mercês Duarte Ramos Ferreira;
- A Senhora Vereadora Dr^a Maria Cândida Oliveira;
- O Senhor Vereador Dr. Delfim Manuel Magalhães de Sousa;
- O Senhor Vereador Dr. Elísio Ferreira Pinto
- O Senhor Vereador Arq. José Valentim Pinto Miranda

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO ARTº. 39 DA LEI Nº. 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:

- O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues;
- O Senhor Vereador Dr. Manuel António Correia Monteiro;

PRESIDIU À REUNIÃO:

- O Sr. Vice-Presidente Eng. Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo

SECRETARIOU A REUNIÃO:

- O Diretor Municipal de Administração e Finanças, Dr. António Carlos Sousa Pinto

HORA DA ABERTURA: 17 HORAS e 05 MINUTOS

HORA DE ENCERRAMENTO: 18 HORAS e 40 MINUTOS



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA PONTO PRÉVIO Nº1

O Sr. Vereador Firmino Pereira disse que dada a ausência do Sr. Presidente da Câmara, os Vereadores do PSD vão adiar a apresentação de uma questão para a próxima reunião, a qual está relacionada com a construção de um centro de congressos em Vila Nova de Gaia.

PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA E EXTREME CONTEÚDOS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DESPORTIVO – CORRIDA ANUAL WINGS FOR LIFE – SPINAL CORD RESEARCH FOUNDATION

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 1, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o contrato de patrocínio desportivo a celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e Extreme Conteúdos para a realização do evento desportivo – corrida anual Wings For Life – Spinal Cord Research Foundation, nos termos protocolados.

RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA RELATIVO AO ANO DE 2014

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 2, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao ano financeiro de 2014, do qual fazem parte integrante os documentos elencados no anexo I da Resolução nº 4/2011 - 2ª secção, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 26/2013 – 2ª secção, no nº 2 do artº 12º da Lei nº 43/2012, de 28 de Agosto e no nº 3 do artº 19º do Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, que se encontram devidamente arquivados e disponíveis para consulta.

Mais foi deliberado submeter o presente assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

Declaração de Voto do PS

“Relatório de contas 2014

O relatório de contas de 2014 reflecte o “verdadeiro” primeiro ano da actual gestão, que teve como grande desígnio o equilíbrio financeiro, feito com base no rigor e na transparência, tendo como objectivo fundamental libertar o Município da possibilidade de ter de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal ou ao Saneamento Financeiro Obrigatório.

Este objectivo foi cumprido e com o fecho das contas de 2014 é possível constatar que Gaia ficou livre do FAM e do Saneamento Financeiro Obrigatório.

Mas este objectivo foi cumprido num cenário muito concreto, e ao contrário do que é normal, não foi à custa dos contribuintes Gaienses, pois no ano 2014, e ainda recentemente para o ano 2015,



reduzimos o IMI e a reduzimos a taxa de resíduos sólidos na factura da água. Gostaríamos de ter ido mais longe, de ter isentado mais, mas recordo que foi a primeira vez, que tais impostos baixaram.

A redução da taxa de IMI (aproximadamente em 8 %) e a fuga ao FAM permitirá os Gaienses conterem o efeito das reavaliações e pouparem cerca de 3,7 Milhões de Euros.

Abdicamos de receber taxas de publicidade e de construção, pois ao isentar parcialmente muitas destas taxas e com a assinatura de protocolos para a captação de empresas ou para a melhoria das condições das existentes, perdemos receitas municipais que eram importantes para a gestão Municipal. Mas nós preferimos fazer mais alguns cortes na estrutura e apoiar as empresas, não pelas empresas mas sim para dessa forma apoiar a criação de postos de trabalho para os gaienses. A reabertura da Fábrica de Cerâmica Valadares resultou desta política de proximidade e de apoio ao tecido empresarial que é fundamental para Gaia.

Abdicamos também de receita resultante da isenção parcial das taxas de construção na política que seguimos de apoio à reabilitação urbana, medida essa que abrange o centro histórico, Avintes, Lever, Sandim, Crestuma e Olival.

A perda de receita por efeito das medidas de apoio às empresas e às pessoas, pretende-se que seja parcialmente compensada, infelizmente ainda pouco visível neste relatório de contas, à custa do rigor e na pro actividade na obtenção de receitas, nomeadamente as de publicidade de grandes dimensões, (sector em que estamos a fazer um trabalho exaustivo de controlo e fiscalização, com remoção de muita publicidade ilegal), nos postos de combustível que estão sujeitos a taxas específicas e que para as quais não se emitiam os avisos de pagamento e não se cobravam, (resultante desta medida de fiscalização já nos permitiu arrecadar dezenas de milhares de euros), assim como a criação de um sistema de informação cadastral actualizado referente às redes que passam no nosso território e que permitirão o aumento das receitas provenientes destas taxas em mais de 30%.

O que se pode constatar na análise deste relatório de contas é que em 2014 o total do orçamento foi de aproximadamente 155 milhões de euros, o orçamento mais baixo dos últimos anos. Para percebermos a diferença basta comparar com o orçamento de 2009, que foi de sensivelmente o dobro, 299.2 milhões de euros.

Analizando o relatório de contas de 2014, na área da despesa constata-se facilmente que estamos perante o ano em que o valor da despesa corrente foi o menor dos últimos anos, verdade seja dita mantendo-se a cadência de redução dos últimos anos, mas com uma particularidade, já estão aqui incluídas muitas despesas com o pessoal e equipamentos da Gaianima e que anteriormente não eram aqui contabilizados.

Se verificarmos a despesa de capital, constatamos que não investimos tanto como nos anos anteriores, este investimento reduzido justifica-se facilmente pela falta do quadro comunitário de apoio, o dito 2014-2020 e que agora apenas se chama 2020. Todas as grandes obras realizadas nos anos anteriores pelo orçamento municipal resultaram de financiamento comunitário, este Executivo até hoje tem estado apenas a gerir os financiamentos de continuidade, de muitas daquelas obras que estavam paradas, e umas pequenas verbas em overbooking. Não por falta de ambição ou de projectos mas sim pelo facto de em Abril de 2015 o novo quadro ainda não estar em execução.

O rigor na gestão e o equilíbrio financeiro permitiu reduzir em aproximadamente o endividamento municipal em 20.7 milhões de euros, uma parte substancial na dívida bancária, mas com uma



redução expressiva na dívida de médio e longo prazo e na de curto prazo. A dívida de curto e médio prazo ainda podia ser mais expressiva se no ano 2014 não tivéssemos incorporado a dívida (a passível de ser paga) proveniente da Gaianima.

Apesar de o valor de redução da dívida de médio e curto prazo não ser tão expressiva como gostaríamos e para o qual nos esforçamos e trabalhamos, essa redução permitiu a “injecção” de dinheiro na economia local, mais propriamente nos nossos fornecedores e prestadores de serviços, e permitiu baixar o prazo médio de pagamento para 82 dias. Refira-se que em 2010, quando o valor do orçamento municipal era o dobro do que é hoje, o prazo médio de pagamentos era de 271 dias. Quase 3 vezes superior ao actual.

Com um trabalho assente no rigor e na dedicação,

Cumprimos o desígnio que nos propusemos para 2014,

Apesar da escassa receita, originada pela inercia do sector imobiliário, pela falta de quadro comunitário de apoio. (Metade da receita de 2009)

Conseguimos,

Reduzir a dívida municipal.

Diminuir o prazo médio de pagamento para valores inferiores aos impostos pela lei e a níveis nunca alcançados apesar de disporem de valores de orçamento que atingiam o dobro dos actuais.

Com estes objectivos alcançados ficamos “livres” do FAM e do Saneamento Financeiro Obrigatório.

Não se tratou de trabalhar para cumprir um desígnio financeiro ou de mero rigor contabilístico, tratou se de trabalhar para entrar em 2015 com as condições reunidas:

- para continuar a ter uma gestão municipal “livre”, sem troika, e onde possamos continuar a nossa politica de redução de taxas, ajudando assim os Gaienses a vencerem a crise que o país atravessa.

E para,

- estarmos em condições de nos candidatar ao novo quadro comunitário, que é o único instrumento possível de financiamento, e dessa forma alavancar o investimento. Já temos muitos projectos preparados para nos candidatarmos aos fundos, temos reunidas as condições para sermos um dos municípios mais agressivos nessas candidaturas.

Mas com a análise do relatório de contas de 2014, podemos verificar que este Executivo não se ficou apenas pela gestão financeira e pelo controlo da despesa para atingir o grande desígnio da fuga ao FAM,

Nas primeiras páginas do dito relatório estão bem expressas as iniciativas e obras que levamos a cabo com tão diminuto orçamento,

Facilmente se constata a aposta:

Na Educação,

Com a implementação do projecto Gaiaprende +, e todas as iniciativas complementares directas e indirectas.

Criação de um sistema integrado de manutenção para a resolução dos milhares de pedidos anuais para pequenas obras.

A requalificação do parque escolar, Escola Urbano Santos Moura, Marmoiral, Carvalhos, Sardão, Formigosa, Bandeira, Igreja 2 Sandim, EBI de Espinho, entre outras.

Construção do Centro Escolar Fernando Guedes, Avintes.

Na Acção Social,



*com o PMES, uma verba reduzida mas importante para as famílias,
no apoio às IPSS.
No desporto,
No apoio á construção dos complexos desportivos de Pedroso, Canelas, Oliveira do Douro.
Relvado sintético do Atlântico da Madalena e de Coimbrões.
Construção da piscina de Pedroso
Conclusão da construção da CAR.
Construção do pavilhão das Pedras.
Aquisição de um autocarro novo. Já totalmente pago.
Na reabilitação e requalificação dos equipamentos municipais,
Pavilhão de Gulpilhares
Pavilhão de Vila D'Este
Pavilhão de Grijó
Piscina de Vila D' Este
Polidesportivo de Seixezelo
Piscina de Lever
Piscina da Granja
Casa dos Ferradores
Casa da Juventude
Centro de Informação Turística
No ambiente,
Com a requalificação de toda a orla marítima danificada pelo inverno rigoroso de 2013/2014,
permitindo manter todas as bandeiras azuis.
A criação de “praias” fluviais em Oliveira do Douro, Avintes, Crestuma e Olival.
Recuperação do corredor ecológico da ribeira de Atiães
Parque de Lazer de Sermonde
Na Cultura,
Com a realização do Mares Vivas, do Gaiaworldmusic, Cais do Fado, Festas de S. João e S. Pedro,
entre tantas outras iniciativas.
Na reabilitação urbana,
Largo da Santa Isabel em Olival
Requalificação do Areinho de Oliveira do Douro
Viaduto General Torres
Requalificação da rede viária local, com dezenas de intervenções de pavimentação integral (cerca
de 1,8 milhões de euros).
Para citar alguns dos investimentos realizados.
- Policia Municipal;
- Serviços técnicos
- Pintura das passadeiras;
- Iluminação pública”*



Declaração de Voto dos Senhores Vereadores do PSD

“Análise do Relatório e Conta de Gerência de 2014 do Município de Vila Nova de Gaia

A actual conta de gerência de 2014 não acarreta, na sua análise, nenhuma novidade em relação a anos anteriores e não opera nenhum “milagre” de redução de dívida.

Numa observação rigorosa, desde 2008 que a Câmara Municipal vem reduzindo o passivo. Entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2013, seis dos últimos anos de mandato Autárquico do ex-Presidente Luís Filipe Menezes, a Câmara reduziu em cerca de 80 milhões de euros a dívida municipal (3 de Dezembro de 2008 – 274,6 milhões total da dívida e 31 de Dezembro de 2013 – 196,2 milhões de euros de dívida total).

Entre 1998 e 2013, mandatos presididos pelo Dr. Luís Filipe Menezes, todos perceberam a forma como Vila Nova de Gaia se desenvolveu em todas as áreas e de forma homogénea. Basta olhar para o Plano e Orçamento de 1998 e perceber que existia uma estratégia, um planeamento para o Município de Gaia.

Em 18 meses de exercício de funções da actual Câmara Municipal presidida pelo Prof. Eduardo Vítor Rodrigues, ninguém conhece um rumo, quais as metas estratégicas deste mandato.

A liderança e a maioria limitam-se a gerir, sem ambição sem objetivos, andando com projetos aos “repelões”. Felizmente que o desenvolvimento de Gaia, entre 1998 e 2013, facilita o trabalho do actual executivo socialista, possibilitando uma gestão de uma arrepiante falta de ambição.

Mais uma vez é referido neste relatório que Vila Nova de Gaia não entrou na obrigatoriedade do FAM por mérito da actual gestão.

Pura mentira, os dados para adesão ao FAM são referenciados a 31 de Dezembro de 2013 e Vila Nova de Gaia não está na lista de entrada obrigatória no fundo.

Percebemos as razões de implorarem tal mérito, que só serve para esconder a falta de capacidade e falta de sentido de inovação que se exige numa gestão autárquica.

Apoiamos a captação de investimento turístico para a orla marítima defendida no documento, que só é possível pelo caminho trilhado nos mandatos anteriores de reabilitação e qualificação da orla marítima de Gaia.

Alguns criticam este investimento da orla marítima, feito a pensar na melhoria da qualidade de vida dos Gaienses e referenciada como uma das melhores, em termos de qualidade, do País, mas agora, o “pardieiro” que era este local já serve para potenciar investimentos turísticos, ainda bem.

O Presidente da Câmara Municipal, Prof Eduardo Vítor Rodrigues, classifica a anterior gestão de “exibicionismo”. De facto, hoje, todos nos podemos orgulhar de exibir uma obra física e imaterial que colocou Gaia como um Concelho moderno e com altos padrões de qualidade em vários domínios da actividade Municipal.

O chamado “exibicionismo” deu lugar à frustração, “visão curta” e falta de dimensão política na gestão de Gaia.

Apesar de nos últimos anos a Câmara Municipal ter sido gerida em cima de crises nacionais e internacionais, não faltou a ambição motivadora de progresso.

Aliás o próprio documento da Conta de Gerência de 2014, o refere e passamos a citar:



“Ao longo dos últimos anos tem sido visível uma notável desaceleração da economia nacional, fruto dos efeitos da crise quer à escala global, quer a nível nacional. Assim, não obstante de se observarem sinais de alguma recuperação, a conjuntura de recessão económica e financeira instalada nos últimos anos tem tido penosas repercussões nas finanças locais e conseqüentemente na actividade Autárquica”.

Mas mesmo assim temos de fazer uma comparação com a situação actual. Ao contrário do arrojo e vontade de provocar um choque de desenvolvimento em Gaia, hoje, em condições mais favoráveis, vivemos um período de inércia e falta de ambição.

Analisando alguns detalhes da Conta de Gerência, existem sinais de preocupação com alguns resultados apresentados.

A “travagem a fundo” gerou uma quebra de receita, diminuição de investimento, corte nas transferências para as Freguesias e aumento das despesas correntes, que tem como consequência índices económicos e financeiros nada auspiciosos.

A receita global diminuiu em 2014. Esta quebra é notória ao nível das receitas de capital (38,36%) face ao ano de 2013. Serviu para atenuar a quebra da receita o aumento da receita corrente (4,76%).

Em 2013 a receita de capital foi de cerca 37 milhões de euros e a do ano de 2014 tem um valor baixo, de cerca de 22,7 milhões de euros.

Uma das respostas a esta variação é simples e altamente elogiosa para os exercícios da 2012 e 2013, que foi a atracção de investimento público municipal realizado com o aproveitamento dos fundos comunitários. Sinal mais evidente de trabalho, de planeamento que mobilizou investimentos municipais com o auxílio dos fundos comunitários.

É este o trabalho que aguardamos que seja feito pelo actual Executivo Socialista, aproveitando a oportunidade do novo quadro Comunitário Portugal 2020.

Não chega “encher a boca” com este desafio, esperamos para ver como se vai posicionar Gaia no plano da realização concreta.

Observa-se, apesar, da propalada Redução do IMI, um aumento na arrecadação desta receita (em 2013 – 39,9 milhões de euros e em 2014 – 43,2 milhões de euros).

Perante estes dados o PSD defende para 2016 uma redução do IMI no Município aliviando, desta forma, a carga fiscal dos Gaienses.

Verificamos também o aumento da derrama de 2013 para 2014, defendendo o PSD para 2016 a isenção total deste imposto para as pequenas empresas.

Em relação à despesa é preocupante o aumento da despesa corrente, o valor mais elevado dos últimos 4 anos e a diminuição do investimento que constitui o pior desempenho dos últimos 4 anos (investimento menor em 12 milhões de euros de 2013 para 2014).

O próprio relatório apresentado refere e passamos a citar, “que as despesas de capital não foram além dos 36,69%, o que significa uma baixa expressiva destas, comparativamente com os anos precedentes”.

As despesas de funcionamento aumentam de 2013 para 2014, cerca de 7,5 milhões de euros (2013 – 62,9 milhões de euros e em 2014 – 70,5 milhões de euros), um mau pronúncio na contenção da despesa da máquina camarária.



Fruto da inércia seguida em termos de política de investimento, o serviço da dívida pela primeira vez nos últimos quatro anos é superior ao valor global do investimento.

De referir como preocupante, neste capítulo das despesas de funcionamento, na rubrica “aquisição de bens e serviços” um acréscimo de 6 milhões de euros, passando de 27,7 milhões de euros de 2013 para 33,8 milhões de euros em 2014.

Lendo o relatório da conta e gerência de 2014, ele próprio refere esta constatação “como se pode observar, o ano económico de 2014 ficou marcado por uma inversão na tendência de crescimento do Investimento Global, que representa uma quebra na ordem dos 38,64% quando comparado com o ano económico de 2013”.

Este sinal não é mais grave porque no ano de 2014 a Câmara Municipal continuou com investimentos iniciados na anterior gestão do Dr. Luís Filipe Menezes, com são exemplos: Construção da Ligação da Via da Misericórdia e Requalificação da Rua General Torres, Frente Fluvial do Areinho de Oliveira do Douro, Pavilhão das Pedras, Piscina de Pedroso, Centro de Alto Rendimento, Centro Escolar de Avintes, etc.

Verifica-se, ainda, um aumento significativo na rubrica “Vendas de Serviços” designadamente na arrecadação da taxa de Resíduos Sólidos Urbanos que teve um acréscimo de cerca de 1,4 milhões de euros.

Na análise global dos “Impostos Locais” subiram em termos de arrecadação 4 milhões de euros com incidência, como já referenciamos, no IMI e na derrama.

Convém evidenciar que a dívida a médio e longo prazo cifra-se nos 133 milhões de euros realçando que dentro deste valor estão os contratos que possibilitaram a construção de mais de 4 mil fogos de habitação social cujo valor é de 60,5 milhões de euros.

Duas notas finais, na rubrica de transferências de Capital para as freguesias observamos um brutal corte nessas transferências no valor de 47,26% em relação a 2013 (2013 – transferências 5,2 milhões de euros e em 2014 – transferências 2,7 milhões de euros).

Em 2014 regista-se também um menor nível de poupança corrente em relação aos quatro últimos anos.

O ano de 2014 foi portanto um intervalo no progresso de Gaia. Um ano de gestão corrente e com sinais de grande preocupação sobre o futuro e o rumo de Gaia.

Chega de “abandar” o conceito castrador da dívida porque os Gaienses exigem mais ideias concretas e mais acções políticas nas diversas áreas da gestão Municipal.

Até agora, em 18 meses de gestão socialista, ficamos com a sensação de tempo perdido e de um vazio que esmaga a pujança que Gaia atingiu.

Desafiamos o Presidente da Câmara Municipal de Gaia e a sua robusta maioria a dizer qual o seu caminho e a materializar no terreno um projecto, que possa ser diferente, mas que tenha consistência para continuar a afirmação de Gaia.

Vila Nova de Gaia, 20 de Abril de 2015.

Os Vereadores do PSD

Firmino Pereira,

Elísio Pinto”



1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO RELATIVO AO ANO DE 2015

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 3, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara.2015.04.

Deliberação:

Deliberado por **MAIORIA**, por 7 votos a favor (3 votos do PS, 3 votos dos Senhores Vereadores Independentes Dr. José Guilherme Aguiar, Arqtº. José Valentim Miranda e Drª. Maria Cândida Oliveira e 1 voto da Srª. Vereadora Engª. Mercês Ferreira) e 2 abstenções do PSD (Vereadores Firmino Pereira e Dr. Elísio Pinto), aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento de 2015, nos termos propostos.

Mais foi deliberado submeter o presente assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE VIATURAS SOLICITADO PELA JUVENTUDE DESPORTIVA DE GAIA – DESLOCAÇÃO A OLIVEIRA DE AZEMÉIS NO DIA 12.04.2015

EDOC/2015/16236

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 4, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por **UNANIMIDADE**, aprovar o pedido de isenção de taxas de utilização de viaturas solicitado pela Juventude Desportiva de Gaia – deslocação a Oliveira de Azeméis no dia 12.04.2015, nos termos informados.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE VIATURAS SOLICITADO PELO CLUBE DE ANDEBOL DE SÃO FÉLIX DA MARINHA – DESLOCAÇÃO A MARINHA GRANDE NO DIA 11.04.2015

EDOC/2015/8033

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 5, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por **UNANIMIDADE**, aprovar o pedido de isenção de taxas de utilização de viaturas solicitado pelo Clube de Andebol de São Félix da Marinha – deslocação a Marinha Grande no dia 11.04.2015, nos termos informados.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE VIATURAS SOLICITADO PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ENGº NUNO MERGULHÃO – VISITA DE ESTUDO A GAIA E PORTO NOS DIAS 13 E 14 DE ABRIL DE 2015

EDOC/2015/15325

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 6, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o pedido de isenção de taxas de utilização de viaturas solicitado pelo Agrupamento de Escolas Engº Nuno Mergulhão – visita de estudo a Gaia e Porto nos dias 13 e 14 de abril de 2015, nos termos informados.

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE VIATURAS SOLICITADO PELA ESCOLA DE FUTEBOL GERAÇÃO BENFICA VILA NOVA DE GAIA – DESLOCAÇÃO A LISBOA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2015

EDOC/2015/17088

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 7, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o pedido de isenção de taxas de utilização de viaturas solicitado pela Escola de Futebol Geração Benfica Vila Nova de Gaia – deslocação a Lisboa no dia 04 de abril de 2015, nos termos informados.

DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL

PEDIDO DE DISPENSA DE PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DE CORRIDA DE CARROS DE ROLAMENTOS INSERIDA NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL, SOLICITADO PELA UNIÃO DE FREGUESIA DE SANDIM, OLIVAL, LEVER E CRESTUMA

EDOC/2015/17938

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 8, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o pedido de dispensa de pagamento de taxa devida pela emissão de licença especial de ruído para a realização de corrida de carros de rolamentos inserida nas comemorações do 25 de abril, solicitado pela União de Freguesia de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, nos termos informados.

PEDIDO DE DISPENSA DE PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “MÊS DA JUVENTUDE”, SOLICITADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE AVINTES

EDOC/2015/17331

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 9, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o pedido de dispensa de pagamento de taxa devida pela emissão de licença especial de ruído para a realização do evento “Mês da Juventude”, solicitado pela Junta de Freguesia de Avintes, nos termos informados.

PEDIDO DE DISPENSA DE PAGAMENTO DE TAXA DEVIDA PELA EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE S. MARTINHO, SOLICITADO PELA UNIÃO DE FREGUESIA DE SANDIM, OLIVAL, LEVER E CRESTUMA

EDOC/2015/14808

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o n° 10, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o pedido de dispensa de pagamento de taxa devida pela emissão de licença especial de ruído para a realização das Festas de S. Martinho, solicitado pela União de Freguesia de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, nos termos informados.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO

PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS RELATIVAS A PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE DIVERTIMENTO PÚBLICO, SOLICITADO PELA GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO EM PARA A REALIZAÇÃO DE FESTAS DE SANTO ANTÓNIO E S. JOÃO

EDOC/2015/18209

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o n° 11, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar a isenção do pagamento de taxas relativas a pedido de licenciamento de divertimento público, solicitado pela Gaiurb – Urbanismo e Habitação EM para a realização de festas de Santo António e S. João, nos termos informados.

GAIURB URBANISMO E HABITAÇÃO EEM

APRECIACÃO DO RELATÓRIO E CONTAS GAIURB URBANISMO E HABITAÇÃO EM RELATIVO AO ANO 2014 – ARTº 42º DA LEI Nº 50/2012 DE 31 DE AGOSTO QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL

Despacho do Sr. Presidente: “À Câmara.2015.04.15

ADIADO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA

ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA EEM
APRECIÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DAS ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA EEM
RELATIVO AO ANO 2014 – ARTº 42º DA LEI Nº 50/2012 DE 31 DE AGOSTO QUE APROVA O REGIME
JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o nº 12, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara.2015.04.15

O Sr. Vereador Firmino Pereira perguntou por que razão o documento das Águas e Parque Biológico de Gaia não está assinado pelo conselho de administração. Perguntou qual o ponto de situação da internalização do Parque Biológico, se as despesas e receitas já passaram para a Câmara e como se encontra a situação dos funcionários do Parque Biológico, isto é, se já estão na Câmara ou se ainda continuam nas Águas de Gaia, após a aprovação do plano de internalização. Perguntou qual o montante de subsídio de exploração entregue em 2014 pela Câmara Municipal à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia e qual foi o montante que a empresa recebeu de subsídio de exploração da Simdouro, em 2014.

O Sr. Vice-Presidente disse que ainda não foram internalizados nem os funcionários nem as despesas totais e que o processo ainda está a decorrer. Relativamente à segunda questão colocada, disse que o subsídio da Câmara atribuído às Águas e Parque Biológico de Gaia, foi de 300 mil euros.

O Sr. Vereador Firmino Pereira disse que os Vereadores do PSD entendem que nestas contas há uma ocultação financeira de alguns números, para provar que em 2013 ocorreu um ano catastrófico na gestão e que em 2014, apesar de se vender menos água, apesar de se ter mais perda, apesar de haver mais dívida a fornecedores, operou-se um "milagre" passando as Águas de Gaia a dar lucro, pelo que, alertou para aquilo que consta no documento para os próximos anos.

O Sr. Vice-Presidente disse que a partir do momento que existe um relatório de um revisor oficial de contas que atesta as contas, não irá duvidar. Que não foram aumentadas as despesas nem o quadro de pessoal, mas reduziu-se em publicidade, em avenças e trabalhos especializados, cerca de 1 milhão de euros. Que se o quadro está sobredimensionado, foi aquilo que se herdou, mas não significa que o mesmo não tenha que ser revisto. Relativamente à redução de venda, disse que devido à crise, as pessoas estão a gastar menos água e relativamente à água não faturada também não se pode esquecer que se está num sistema que está a atingir a sua prematuridade e já está a começar a inverter, ou seja, os sistemas são eficazes até determinado ponto, a partir do momento que começam a ter muitos anos, começa a haver fugas nas tubagens e isso reflete-se nas contas. Relativamente aos pagamentos e à dívida que aumentou, disse que o Sr. Vereador está a confundir valor com prazo, porque pode ter 10 milhões de dívida e se estiver dentro do prazo normal de pagamento, não é dívida.

Deliberação:

Deliberado tomar conhecimento do Relatório e Contas das Águas e Parque Biológico de Gaia EEM SA, relativo ao ano de 2014, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto.

Os Senhores Vereadores Firmino Pereira e Dr. Elísio Pinto ausentaram-se da reunião

GAIANIMA

APRECIÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GAIANIMA, EEM, RELATIVO AO ANO DE 2014

Foi presente o assunto referido em epígrafe, que se anexa no final por fotocópia sob o n° 13, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara.2015.04.15

Deliberação:

Deliberado por UNANIMIDADE, aprovar o Relatório e Contas da Gaianima, Equipamentos Municipais EEM relativo ao ano de 2014.

Os Senhores Vereadores Firmino Pereira e Dr. Elísio Pinto reentraram na reunião.

DIVERSOS

Foi presente o RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA que se anexa no final por fotocópia sob o n° 14, apenas no original.

Deliberação:

A Câmara tomou conhecimento.

O Sr. Vice-Presidente deu início à INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES.

JOÃO MANUEL PINHEIRO FERREIRA – Referiu-se à venda ambulante no concelho e à discussão pública do respetivo regulamento, solicitando que, enquanto o regulamento não é aprovado, seja facilitada a vida aos vendedores ambulantes, isto é, que lhes seja permitido exercer a sua atividade, porque dela dependem inúmeros agregados familiares.

ILDA PIRES – Disse que os moradores da Rua Consiglieri Pedroso, no Candal, apresentaram um abaixo-assinado na Câmara relativo a uma floreira existente na referida rua, a qual dificulta o trânsito no local.

O Sr. Vereador Dr. **Guilherme Aguiar** relativamente à intervenção do munícipe Sr. **João Manuel Pinheiro Ferreira** disse que o regulamento estava pronto para entrar em vigor quando surgiu uma nova legislação que pôs em causa todo o regulamento. Que após a conclusão do prazo da discussão pública espera que, no próximo mês de maio, o regulamento será efetivo, mas o mesmo não altera substancialmente o regime de venda ambulante. Disse que o cartão de vendedor ambulante não é da responsabilidade da Câmara, mas sim da Direção Geral das Atividades Económicas e é gratuita a sua atribuição e a Câmara Municipal apenas fiscaliza. Que, neste momento, aquilo que a Câmara está a fiscalizar, é que não seja permitida a venda ambulante a todos aqueles que não têm cartão de vendedores ambulantes, porque é uma forma de defender aqueles que o têm.

Relativamente ao exposto pela munícipe D. **Ilda Pires** disse que irá analisar a situação.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 18 Horas e 40 Minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata aprovada, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 34.º do CPA, e no n.º. 1 do art. 57º. da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art. 11.º do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, aprovado pelo Executivo na sua reunião de 2013.10.25.

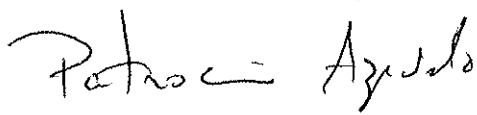
E eu,



, o Director Municipal de Administração e Finanças e

Secretário da presente reunião, a subscrevi.

O Vice-Presidente da Câmara,



(Eng. Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo)